



RESERVA DE COTAS NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DO INCA: A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES.

QUOTA RESERVATION IN INCA'S SECONDARY LEVEL TECHNICAL
PROFESSIONAL EDUCATION COURSES: STUDENTS' PERCEPTION.

Roberta Melo Xavier¹, Rogério Cunha de Castro ²

RESUMO: As ações afirmativas compreendem um conjunto de políticas públicas que objetivam corrigir desigualdades estruturais historicamente presentes na sociedade. No campo da Educação, a adoção do sistema de cotas ainda suscita intenso debate. Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar a percepção discente sobre a introdução do Sistema de Cotas no acesso aos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Nacional de Câncer, a partir do ano de 2025. Para tanto, pretende-se realizar um estudo de caso, por meio de pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica pertinente à temática da Política de Ações Afirmativas na Educação Profissional e Tecnológica. Pretende-se, também, realizar entrevistas com os discentes, a partir de um roteiro semiestruturado. O estudo acerca deste marco inicial para o INCA, possui relevância social e acadêmica, pois seus resultados poderão fomentar reflexões, a partir da percepção discente, sobre os desafios que tensionam a política de reserva de cotas e seus desdobramentos para o processo de inclusão dos cotistas, com vistas à elaboração de contribuições para o seu aperfeiçoamento. Como produto educacional, optou-se elaborar uma Cartilha informativa em formato digital, voltada para o público da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do INCA, intitulada “Conhecendo as Ações Afirmativas”.

PALAVRAS-CHAVE: Cotas. Ações Afirmativas. Instituto Nacional de Câncer.

ABSTRACT: Affirmative action comprises a set of public policies aimed at addressing historically rooted structural inequalities. In the field of Education, the implementation of quota systems remains a subject of intense debate. This article presents a segment of an ongoing study that seeks to analyze students' perceptions regarding the introduction of the Quota System in access to Technical Vocational Education programs at the National Cancer Institute (INCA), starting in 2025. The research adopts a qualitative case study approach, grounded in a bibliographic review on Affirmative Action policies in Vocational and Technological Education, complemented by semi-structured interviews with students. The study is socially and academically relevant, as its findings may foster reflections—based on students' perspectives—on challenges and implications of quota policies for the inclusion process, contributing to their improvement. As an educational product, a digital informational booklet entitled “*Conhecendo as Ações Afirmativas*” will be developed, specifically targeting INCA's Technical Vocational Education audience.

¹ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: rmx.cederj2019@gmail.com

² Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED-UERJ). E-mail: rogerio.castro.1@cp2.edu.br



KEYWORDS: Quotas. Affirmative Actions. National Cancer Institute.

INTRODUÇÃO

No Brasil, país marcado historicamente por profunda desigualdade social, a diferença produziu hierarquia social, e esta se degenerou em processos de exclusão de tal forma que, indivíduos diferentes do padrão hegemônico experimentam, em alguma medida, a denegação de direitos fundamentais. Contributo deste cenário, o debate sobre igualdade social esvaziou-se ante o argumento da igualdade formal, cujo arcabouço legal não confronta as desigualdades econômicas, sociais e raciais.

Assim, a mobilização social por direitos humanos consolidou a valorização do direito à diferença, e mais especificamente, à diversidade, conceito que guarda o convívio equilibrado e igualitário entre os diferentes, e eleva-se por isso, à meta social de uma sociedade democrática e plural.

Especificamente a luta antirracista no Brasil precisou romper com o chamado mito da democracia racial que operou a negação da discriminação racial no ideário brasileiro, fortalecido pelo processo de miscigenação. O árduo trabalho de desconstrução deste mito enfrentou inúmeras resistências, contudo, o aprofundamento da desigualdade social entre negros e brancos, exposto em pesquisas censitárias, consubstanciaram argumentos robustos contrários à tese de que a miscigenação tenha produzido a democracia racial no país, segundo Gomes (2019).

Nesse sentido, a intensa produção acadêmica sobre as desigualdades sociais, contribuiu para denunciar a raça como critério de estratificação social persistente, para além de uma mera sobrevivência do escravismo e seus padrões arcaicos. Assim as assimetrias nas relações raciais do passado foram redefinidas no contexto do trabalho livre, conforme teorizaram Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg.

No cenário internacional, conforme Dos Santos (2012), insinua-se como marco histórico, a Declaração de Durban, de 2001, a partir da qual, o Brasil como signatário converge esforços para adoção das ações afirmativas, reconhecendo o racismo e a consequente exclusão social por ele operada.

Com efeito, as ações afirmativas, cujo arcabouço legal tem como mote a equiparação de oportunidades e direitos para pessoas que, de algum modo estejam sob o espectro da exclusão social, tornaram-se sinônimo de um conjunto de práticas norteadas pelo princípio da igualdade material, que objetivam a superação das desigualdades sociais acumuladas, sobretudo pela população negra.

Além disso, a implementação das ações afirmativas no Brasil alcançou importante avanço com a Lei 12.711/2012, então nomeada de “Lei de Cotas”, ao prescrever a reserva de metade das vagas nas instituições federais de ensino superior e de ensino técnico, aos estudantes oriundos de escolas públicas e aos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Segundo Deus (2019), esta lei ocupou um espaço singular na cena pública ao provocar um debate até então constrangido sobre a desigualdade social como constructo do racismo no país.

Ademais, a recuperação histórica consolida a Educação como campo estratégico para superação dos desdobramentos nefastos da escravidão da população negra, bem como, da exclusão social de grupos ditos minoritários, e por isso, a instituição do sistema de cotas, sobretudo em instituições de ensino público é um ação afirmativa de grande relevância.

Esse sistema foi adotado pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), no Rio de Janeiro, no Edital de acesso aos cursos de Educação Profissional Técnica de nível Médio em



Citopatologia e Radioterapia, pela primeira vez, no ano de 2024. Apesar do avanço alcançado, a experiência acumulada acerca da temática, aponta para a necessária complementaridade dessa medida, por meio da implementação de propostas institucionais que convertam esforços para a promoção de um ambiente inclusivo, que promova a permanência do alunado.

Diante deste problema de pesquisa, a hipótese é que estas demandas sejam majoritariamente de caráter sócio-econômico e interpessoal. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar a percepção dos discentes a respeito da reserva de vagas para ações afirmativas. Almeja-se também, verificar e discutir, a partir desta percepção, questões que tensionam a política de reserva de cotas e seus desdobramentos para o processo de inclusão dos cotistas.

Este estudo é especialmente relevante pois será um dos primeiros registros acadêmicos do caso, cuja análise e resultados poderão contribuir para o aprimoramento das políticas institucionais de ações afirmativas no contexto da EPT de nível médio no INCA.

Optou-se metodologicamente por um estudo de caso, de enfoque qualitativo, cujos dados produzidos serão de natureza descritiva, pois expressarão a percepção dos participantes da pesquisa.

Por fim, almeja-se como produto educacional, a confecção de uma Cartilha informativa em formato digital, voltada para o público da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do INCA, intitulada “Conhecendo as Ações Afirmativas”. A escolha deste produto educacional objetiva a produção de material de cunho informativo que proporcione aos discentes letramento na temática das ações afirmativas, contribuindo para o processo de inclusão na EPT de nível médio do INCA.

REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar do racismo ter sido considerado crime inafiançável e imprescritível na Constituição Federal de 1988, a luta pelos Direitos Humanos encontra no seu combate, um expoente de grande relevância, considerando que o Estado Brasileiro não promoveu a inclusão da população negra no pós-abolição.

Ao contrário, as práticas eugênicas de branqueamento da população permitiram a construção ideológica do mito da democracia racial, embaraçando a identidade negra sob o manto da miscigenação e de uma classificação racial pulverizada que operou artificialmente a diminuição da população negra.

Deste modo, tampouco a miscigenação, tampouco a ordem competitiva típica do capitalismo desapareceram com o racismo, e o avançar da História testemunhou a sua persistência de forma estruturante na sociedade brasileira como resultante de dinâmicas específicas da sociedade, ou seja, em conformidade com o pacto da branquitude e com os interesses das elites.

O ponto de inflexão desta trajetória se deu com a aproximação do governo brasileiro ao movimento negro, por ocasião da Conferência de Durban, ocorrida em 2001, na África do SUL, quando o país abandonou a posição de negação do racismo, para assumi-lo e enfrentá-lo, buscando mitigar e eliminar as desigualdades raciais, adaptando ações afirmativas aos contextos específicos do país, sobretudo no campo da Educação.

A escolha pelo campo da Educação não é aleatória, ela é tributária, segundo Carlos Hasenbalg (HASENBALG, 2005), de teorias sociológicas que vinculam cor e diferenças socioeconômicas e que, reconhecem que pretos e pardos estão em franca desvantagem no processo de aquisição educacional. Em síntese, “se deixada aos ritmos naturais, a eliminação das desigualdades raciais levaria várias gerações”, daí a importância de ações que abreviem o tempo para que se alcance tal mudança e, as ações afirmativas se constituem numa



possibilidade concreta para esse fim.

Para tanto, é necessário que as instituições de ensino superior, sobretudo as públicas, se reconheçam como espaços excludentes e discriminatórios, uma vez que, têm privilegiado uma “elite branca” por meio de instrumentos como o vestibular, conforme LIMA (LIMA, 2014). Além disso, aumentar a presença de negros, pardos, indígenas e portadores de deficiência nos espaços acadêmicos, permite desconstruir discursos dominantes, por meio de estudos e pesquisas que possam nortear a eliminação da diversas formas de discriminação.

Nesse sentido, segundo DA SILVA (2024), a experiência pioneira da Universidade Estadual do Rio de Janeiro que, no início dos anos 2000, implementou a reserva de 40% das vagas a candidatos autodeclarados negros e pardos no seu vestibular, é extremamente didática, uma vez que, o bem-sucedido processo de inclusão foi acompanhado pela pauperização discente. Assim, o aumento do percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal de até cinco salários-mínimos, exigiu da UERJ a ampliação da assistência estudantil, com medidas que vão desde a concessão de bolsas de estudos até a distribuição de tickets de alimentação e transporte.

Este cenário desafiador alcança a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil que, por sua vez, tradicionalmente contribuiu para reafirmar a divisão social do trabalho, fortalecendo a separação da educação para as elites e a educação para as classes populares, intensificando as desigualdades sociais, que no Brasil, deságuam em desigualdades raciais.

Por isso, o Programa Federal de Ações Afirmativas - PFAA, instituído pelo Decreto nº 11.785, no ano de 2023 é uma importante iniciativa para promover direitos e a equiparação de oportunidades às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres, por meio de ações afirmativas tais como, as políticas de cotas ou reservas de vagas e a concessão de bolsas e auxílios para garantir o acesso e a permanência em instituições de ensino ou de qualificação profissional da rede federal de ensino.

Em síntese, as ações afirmativas na contemporaneidade, ancoradas teoricamente pelo princípio da igualdade material e voltadas, sobretudo para a população negra, indígena, quilombola, são fruto de intensa luta do Movimento Negro no Brasil e também conseqüências de um cenário internacional de luta antirracista baseada em outros fundamentos, que as políticas universalistas não lograram alcançar.

METODOLOGIA

Esta pesquisa delinea-se como um estudo de caso, de abordagem qualitativa, cujos dados produzidos serão de natureza descritiva, pois expressarão a percepção dos participantes da pesquisa, seus modos de agir, pensar e sentir e que conforme Minayo (1994), tal abordagem enfoca numa perspectiva da realidade que não se pode quantificar e portanto, trabalha-se com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

No tocante à coleta de dados, pretende-se promover a aplicação de entrevistas a partir de um roteiro semi-estruturado previamente elaborado que objetiva conduzir o diálogo para a compreensão da realidade analisada a partir do encontro entre o entrevistado e o entrevistador, que segundo Alves e Silva (Alves e Silva apud Brasil, 2021), permite uma dinâmica natural de formulação flexível das questões, cujas perguntas abertas possibilitam investigar crenças, sentimentos, razões e motivos acompanhados por fatos e comportamentos, a partir da captura integral da fala dos sujeitos.

Trata-se portanto, de uma pesquisa aplicada, pois conforme Gil (2022) pretende-se adquirir conhecimento para aplicá-los numa situação específica, ou seja, além de produzir conhecimento, gera novos processos tecnológicos e produtos. Nestes termos, verifica-se que



tal classificação coaduna com a obrigatória confecção de um Produto Educacional, no âmbito do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.

A análise dos dados arrecadados nas entrevistas terá por base o método de análise de conteúdo, cuja técnica, segundo Laurence Bardin (2016), consiste, em breve síntese, na contabilização da frequência de expressões existentes no texto e consequente produção de inferências.

Ancorado no referencial teórico, algumas categorias de análise se mostram necessárias ao estudo do sistema de cotas, tais como identidade, racismo estrutural, desigualdades sociais e educacionais, diversidade e inclusão. Nesse sentido, tais categorias norteiam a pré-definição do roteiro de perguntas da entrevista.

Assim, foram estipulados dois blocos de perguntas, elaboradas a partir da associação das categorias de análise pré-definidas aos objetivos da pesquisa. O primeiro bloco de perguntas tem como categorias, identidade e desigualdades sociais e o segundo bloco, racismo estrutural, desigualdades sociais e educacionais, diversidade e inclusão.

Os sujeitos da pesquisa são os discentes dos cursos técnicos do INCA, ingressantes no ano letivo de 2025 e a pesquisa tem como local, o Instituto Nacional de Câncer, mais especificamente, sua unidade administrativa, sito à Rua Marquês de Pombal, nº 125, Centro - Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ano de 2024, pela primeira vez, o INCA adotou a reserva de cotas no Edital de acesso aos cursos de Educação Profissional Técnica de nível Médio em Citopatologia e Radioterapia. Apesar do avanço alcançado com a implementação da reserva de cotas, a experiência acumulada sobre essa temática na literatura indica a necessária complementaridade das ações afirmativas por propostas institucionais que convertam esforços para a promoção de um ambiente inclusivo e diverso, que potencialize a permanência do alunado.

Por isso, considerando que o presente estudo faz parte de uma pesquisa em andamento, que no momento está aguardando autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil, para cumprimento da etapa de estudo de campo, pode-se considerar que os resultados obtidos a partir da análise das entrevistas com os discentes poderão ou não confirmar a hipótese de que as tensões ocasionadas pela implementação do sistema de cotas são majoritariamente de cunho interpessoal e socioeconômico, conforme inclusive consigna a literatura pertinente à temática das ações afirmativas.

No tocante à revisão bibliográfica para composição do Referencial Teórico, optou-se, majoritariamente por autores inseridos no Movimento Negro no Brasil, assim como por autores eloquentes da sociologia, como Florestan Fernandes, cuja produção teórica confrontou o mito da democracia racial no país.

Por fim, a escolha de uma cartilha sobre ações afirmativas como produto educacional, além de pertinente, torna-se indispensável como proposta educacional para redução das tensões originadas pelo convívio proposto pelos processos de inclusão e diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História do Brasil é profundamente marcada pelo racismo e a luta social por Direitos Humanos foi especialmente racializada para garantir o acesso a direitos fundamentais de populações historicamente excluídas.

A refutação teórica do mito da democracia racial foi um empreendimento ambicioso, fruto do árduo trabalho de intelectuais, principalmente do Movimento Negro, que lograram



superar a ideia de que o racismo no Brasil é apenas uma herança dos tempos de escravidão, condenado ao desaparecimento diante do processo de miscigenação e da ordem competitiva intrínseca do sistema capitalista. Em contraposição a essa perspectiva, o racismo mantém-se de forma estruturante na sociedade brasileira, como produto de dinâmicas sociais específicas, sendo constantemente reconfigurado em consonância com os interesses das elites.

Nesse contexto, as políticas de ação afirmativa, concebidas como medidas de discriminação positiva, têm o potencial de atenuar os prejuízos acumulados pelas populações submetidas ao espectro da exclusão, sobretudo a população negra.

O monitoramento da implementação dessas políticas, sobretudo no campo educacional, constitui procedimento indispensável à avaliação de sua efetividade. Nessa direção, os resultados deste estudo podem subsidiar reflexões, a partir da percepção discente, acerca dos desafios que incidem sobre a política de cotas e seus desdobramentos no processo de inclusão dos estudantes cotistas, contribuindo para o seu aperfeiçoamento no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio do INCA.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. *Relatório de Pesquisa e Avaliação sobre Políticas Públicas/Entrevistas*. Brasília. 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6672/3/Relat%C3%B3rio%20%20de%205.pdf>. Acesso em 15 jul. 2025.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. *Declaração e Programa de Ação*, 2001. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 01 abril. 2025.

DA SILVA, Catia Antonia et al. *Memórias das Ações Afirmativas e das Políticas de Assistência Estudantis: contribuições sobre contextos, processos e ações na UERJ*. Letra Capital Editora, 2024. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?> Acesso em: 27 out. 2024.

DEUS, Z. A. de. Políticas de Ação afirmativa como estratégia de construção da igualdade racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 87–100, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/684>. Acesso em: 25 out. 2024.

DOS SANTOS, Adilson Pereira. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. *Revista de Ciências Humanas*, v. 2, p. 289-317, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.flacso.org.br/files/2014/05/1132>. Acesso em: 26 out. 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.



GOMES, N. L. O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO INDAGA E DESAFIA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 141–162, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/687>. Acesso em: 25 out. 2024.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. 2 ed. Belo Minas Gerais: Editora UFMG. 2005.

LIMA, Marluce de Souza Oliveira et al. Afro-brasileiros egressos do sistema de cotas da Uerj e sucesso profissional: algumas experiências. 2014. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4326#:~:text=para%20este%20item%3A-,https%3A//tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4326,-Tipo%20do%20documento>>. Acesso em 15 mar. 2025

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em 28 out. 2024.

TRAPP, R. FLORESTAN FERNANDES E O PROTESTO INTELECTUAL NEGRO NOS ANOS 1970. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 14, n. 39, p. 588–596, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1124>. Acesso em: 9 mar. 2025.